

CASO CELSO GOMES

Corpo de professor desaparecido é achado carbonizado em matagal

João Carlos | Estádio Mato Grosso

Da redação

Após sete dias de busca pelo professor Celso Gomes, de 60 anos, desaparecido desde o dia 3 de maio, os policiais do Departamento de Homicídios e de Proteção à Pessoa (DHPP) encontraram o corpo com sinais de asfixia e parcialmente carbonizado na sexta-feira, 10. O cadáver foi localizado em uma região de mata no bairro Parque Atalaia, próximo ao Rio Cuiabá. Até o momento, quatro pessoas foram presas: dois adolescentes e dois adultos, entre eles uma mulher. As idades não foram divulgadas.

O Estádio Mato Grosso apurou que os suspeitos foram presos após denúncias de populares e imagens que auxiliaram na captura do bandido. Não foi informado ainda qual a motivação do crime e se há mais

envolvidos. Os envolvidos devem ser ouvidos pela polícia.

Celso foi visto pela última vez ao sair de sua residência, no bairro Dom Aquino, com destino a Santo Antônio do Leverger, onde iria passar o final de semana. Celso dirigia um Gol G7 branco, de quatro portas e placa QCD-4202. Seu último contato foi com o amigo que ele iria visitar.

O carro de Celso, segundo informações, foi flagrado por duas vezes na sexta-feira, 3, transitando pela Avenida das Torres. O primeiro registro foi feito por volta das 13h09, indo no sentido do Centro e o segundo foi feito no sentido do bairro Tijucal, por volta das 15h26; contudo, o veículo aparentava estar batido. O carro só foi encontrado na última terça-feira, 7, no bairro Santa Terezinha, em um matagal.



Os criminosos, segundo o delegado Roberto Amorim, do núcleo de desaparecidos

da Delegacia Especializada de Homicídios e de Proteção à Pessoa (DHPP), tentaram rou-

bar dinheiro das contas do professor, mas não conseguiram acessar os aplicativos no celular.

Suspeita-se que Celso tenha passado a senha errada de propósito aos criminosos.

CONFIANÇA

Petit promete 'evolução constante'

AssCom Dourado



Da redação

Ao estreiar com uma importante vitória na Arena Pantanal, o novo técnico do Cuiabá, Petit, demonstrou que pretende fazer alterações mais profundas no modo de jogar do clube. Em entrevista coletiva, o treinador português deixou claro que ainda há muito trabalho a ser feito para implementar seu estilo de jogo, mas também apontou que tem 'boa matéria-prima' em mãos, elogiando o desempenho e a capacidade dos jogadores.

Petit teve pouco tempo com o elenco antes de sua estreia e comandou apenas um treino com (quase) toda a equipe. Mesmo assim, ele afirmou que já conseguiu perceber a dedicação dos jogadores e enfatizou a capacidade de aprender rapidamente.

"Demora o seu tempo, mas as vitórias também trazem essa confiança. Sabemos que vai demorar o seu tempo, mas jogo atrás de jogo nós temos que nos preparar da melhor maneira e dar os melhores conteúdos para os jogadores

conseguirem crescer individualmente para depois o coletivo ser muito mais forte", afirmou o treinador.

O Cuiabá da partida contra o Metropolitanos se mostrou um time completamente diferente do que vinha disputando os últimos jogos. Parte disso se deve à mudança na formação, dispensando a escalação com três zagueiros para ampliar a presença do time no meio de campo.

Aos jornalistas, Petit afirmou que deve adotar o esquema 4-3-3 com mais regularidade, mas já deixou claro também que não descarta completamente a formação com três zagueiros. Segundo ele, o mais importante é saber os momentos certos do jogo para cada movimento, além de adaptar-se aos adversários para explorar suas fraquezas.

"Primeiro é saber os momentos do jogo, o equilíbrio, tanto em termos ofensivos quanto defensivos. A equipe andar muito compacta, junta em 40 metros. É isso que nós pretendemos, ainda vamos ter uma constante evolução", resumiu.

Na avaliação do volante Fernando Sobral, o time já demonstrou que está 'comprando' as ideias do novo treinador. Também presente na coletiva, o jogador afirmou que já conseguiu perceber uma mudança de postura tanto no jogo quanto no treinamento. Segundo Sobral, é na-

tural que isso aconteça, pois os jogadores querem dar seu máximo para 'conquistarem' o técnico.

"O professor já chegou cobrando muito. Depois, no vestiário depois do jogo, já disse que a gente tem muito a trabalhar ainda, a melhorar. O que a gente acha mais importante é que a gente vê que tem margem para crescimento, vê que o time é bom e que todos estão dispostos a aprender com o mister e seguir evoluindo, para que a gente possa ter um ano bom", detalhou.

Perguntado sobre os pontos a melhorar, Petit só reclamou de uma coisa: o grande número de baixas no time. Foram seis desfalques para a partida de quarta, entre eles os atacantes Max, Clayson e Eliel, o volante Filipe Augusto, o zagueiro Alan Empereur e o goleiro Walter.

"Nós gostaríamos de ter todos os jogadores disponíveis para ter essa sequência de jogos, de dois em dois dias, poder ter todos eles", pontuou.

Em meio a um calendário extremamente 'apertado', Petit tem pouco tempo para se preparar para o próximo jogo, que é decisivo para o Cuiabá. O Dourado recebe o Vila Nova neste sábado, 11 de maio, para o jogo de volta da Copa Verde. O time precisa ganhar por 3 gols de diferença para avançar à final ou conquistar uma vitória por 2 gols para levar a decisão para os pênaltis.

Gilberto Leite



Max Russi não vê problemas com falta de emendas

Da redação

Apesar de estar entre os deputados estaduais com menos emendas pagas pelo Governo do Estado até o momento, Max Russi (PSB) disse que não vê problema em não ter todos os valores empenhados ainda. Em conversa com jornalistas na quarta-feira, 8 de maio, ele lembrou que o governo tem até dezembro para realizar os repasses.

Até o momento, Russi teve apenas R\$ 390 mil em emendas pagas pelo Governo do Estado e outros R\$ 3,6 milhões já foram empenhados. O valor foi efetivado na última terça, 7, para a Prefeitura de Santo Antônio do Leste. Além dele, Lúdio Cabral (PT) e Sebastião Rezende (PSD) estão na lista dos que recebe-

ram menos emendas, sem nenhum pagamento. Porém, ambos possuem R\$ 200 mil e R\$ 100 mil já empenhados, para serem pagos.

"Não foram pagas porque não está na hora de pagar. Estou tranquilo quanto a isso e na hora certa vai ser feito o pagamento. Nem procurei questionar a Casa Civil e isso não vai interferir nos trabalhos da Casa. São quase R\$ 25 milhões empenhados em emendas e acredito que até o final de ano pagu tudo isso e liquida tudo. Eu não posso querer que pague todas as emendas, que é para pagar durante o ano todo, e estamos em maio. Esperamos que pague igual paga a todos os parlamentares [e estou] sem mágoas", afirmou Russi.

EDITORIAL

Transformação sustentável

A indústria de Mato Grosso tem sido um testemunho brilhante da capacidade de adaptação e inovação em face das mudanças socioeconômicas e ambientais. Dos antigos engenhos de açúcar aos modernos complexos de bioenergia, o cenário industrial do estado trilhou um caminho de notável evolução ao longo dos anos.

A trajetória dessa evolução é pontuada por marcos significativos. A incorporação do cultivo de cana-de-açúcar no século XVIII representou o embrião da transformação que estava por vir. A di-

versificação da produção de biocombustíveis, com o uso do milho e tecnologias inovadoras, catapultou Mato Grosso para a vanguarda da indústria nacional. Recentemente, a produção de etanol de milho ultrapassou a marca de 4 bilhões de litros, sendo um catalisador crucial nessa jornada.

Esse crescimento impressionante trouxe não apenas relevância econômica, mas também um profundo compromisso com a sustentabilidade. Mato Grosso emerge como líder na geração de energia renovável, destacando-se

em tecnologias que contribuem para a economia circular e a redução de impactos ambientais. A diversificação dos subprodutos da cana-de-açúcar, como cogeração de energia, biogás e biofertilizantes, sublinha a visão holística adotada pelo setor.

O reconhecimento internacional dessa evolução é mais que merecido. A produção de biocombustíveis do estado é alçada à posição de destaque, com recordes de produção e eficiência. As vitórias não estão apenas no campo econômico, mas também na promoção de uma indústria que assume a responsabilidade pelo bem-estar social. O comprometimento com ações sociais eviden-

cia a consciência e o coração por trás das operações industriais em Mato Grosso.

Contudo, é essencial manter a humildade e a cautela à medida que avançamos. O desafio é manter o ímpeto, sempre buscando um futuro sustentável. Em meio ao cenário de mudanças climáticas que ameaçam ecossistemas globais, a evolução da indústria em Mato Grosso assume um papel de destaque e urgência na promoção de ações sustentáveis, fazendo frente ao maior desafio da geração atual.

Em um país conhecido por suas riquezas naturais, a evolução da indústria de Mato Grosso é uma história que merece ser contada

e celebrada. O estado se destaca não apenas como produtor, mas como um modelo a ser seguido em termos de responsabilidade ambiental, social e econômica. O exemplo de Mato Grosso deve inspirar outras regiões a abraçar a inovação e a sustentabilidade em suas próprias trajetórias industriais.

A jornada da indústria de Mato Grosso é uma prova tangível de que a adaptação inteligente, a tecnologia inovadora e a consciência ambiental podem se unir para criar um futuro brilhante e próspero. As realizações até agora são um tributo à resiliência humana e à visão de um futuro melhor.

Inflação, juros e crescimento

Vivaldo Lopes (*)

Após dois dias de reunião, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil anunciou mais uma redução da taxa básica de juros, a Selic, de 10,75% para 10,50% ao ano. É a sétima vez seguida que a autoridade monetária nacional diminui os juros. Dessa vez, pisou um pouco no freio monetário. Nas seis reuniões anteriores, a redução vinha na casa de meio ponto percentual. Ontem a redução foi de apenas 0,25 ponto percentual. Chamou a atenção dos analistas o fato de a decisão ter sido bem apertada. Dos nove membros do Comitê, cinco votaram pela redução para 10,50% e quatro votaram para reduzir a taxa básica para 10,25%.

Mesmo em percentual inferior ao esperado, a redução da taxa básica de juros produz efeitos positivos na economia. Com juros menores o crédito fica mais barato, estimula as famílias a consumirem mais bens e serviços e os empreendedores podem investir mais na expansão dos seus negócios.

No comunicado ao mercado, o BC aponta

como fatores relevantes para a freada no ritmo da queda da taxa básica de juros a piora no cenário internacional e a resiliência da inflação de serviços no Brasil. Entendem os diretores do Banco Central que tais variáveis podem dificultar a condução da inflação para a meta de 3% ao ano.

A decisão da semana passada do Federal Reserve (FED), o banco central americano, de manter a taxa de juros em patamar elevado (5,25% a 5,50% ao ano) teve papel preponderante na decisão. A autoridade monetária americana alega que o mercado de trabalho aquecido estimula o consumo das famílias americanas, pressiona os preços, exigindo mais tempo para conduzir a inflação americana para a meta de 2%.

Quando as taxas de juros americanas estão em patamar elevado, como agora, atraem capitais do mundo inteiro e drenam investimentos de todos os demais países. Especialmente os de economias emergentes, como é o caso do Brasil. Essa migração de capitais fortalece a moeda americana, afeta a taxa de câmbio e pressiona preços indexados ou relacionados ao dólar.

Na visão do BC, a lenta retomada das economias europeias e asiáticas, e os perversos efeitos da invasão da Rússia sobre a Ucrânia e a guerra no Oriente Médio, aumentam as tensões e ajudam a deteriorar o cenário internacional.

No mercado doméstico, o Banco Central entende que a atividade econômica e o mercado de trabalho estão mais aquecidos que as expectativas dos economistas do banco, "...exigindo mais cautela na condução da política monetária" para fazer a inflação convergir para a meta. Entendo que o Banco Central está cauteloso demais ao desacelerar a redução da taxa básica de juros.

No cenário externo, os efeitos da invasão russa na Ucrânia e a guerra no oriente médio já não são novidades e estão devidamente precificadas pelo mercado. Nem mesmo afetaram os preços internacionais de petróleo. A política contracionista do banco central americano também já vinha sendo cantado em prosa e verso por todos os bancos e analistas nacionais e internacionais.

O cenário doméstico não apresenta grandes variações em relação às últimas reuni-

ões do Banco Central.

O real não depreciou perante o dólar e a inflação está em 3,77% (IPCA-15). Portanto, próxima da meta de 3%. Ademais, parece-me bastante paradoxal o Copom alegar que a atividade econômica e o mercado de trabalho estão "...mais dinâmicos que o esperado". Equivale a afirmar que, para manter a inflação sob controle, precisamos aumentar o desemprego, diminuir a renda do trabalho e o país parar de crescer. A meu ver, seria sim possível manter a redução da taxa básica de juros em 0,50 ponto percentual nesta reunião de maio, sem prejuízo de atendimento da meta de inflação de 3%. Juros baixos e inflação sob controle são insumos fundamentais para o crescimento econômico sustentado.

*VIVALDO LOPES é economista formado pela UFMT, onde lecionou na Faculdade de Economia. É pós-graduado em MBA Gestão Financeira Empresarial-FIA/USP (vivaldo@uol.com.br)



Governança de dados

Tatiane Martins Franco Bascuñan (*)

A consultoria International Data Corporation (IDC) estima que haverá 163 zettabytes de dados gerados no mundo até 2025. Até 2013, foram produzidos 4,4 zettabytes. Portanto, é cada vez mais crítico que as empresas implementem uma governança de dados em seus negócios.

Nesta empreitada, há três principais pilares: pessoas, processos e tecnologia. Os dois primeiros impulsionam a adoção de programas de governança e o aprimoramento da qualidade dos dados. Sem eles, a tecnologia não funciona.

Dessa forma, o primeiro passo é promover uma mudança cultural que reforce a importância dos dados para as pessoas. A partir daí, é necessário implementar a melhoria nos processos, com ferramentas que auxiliam o monitoramento constante de forma a obter segurança, conformidade e qualidade. Não é possível implantar tecnologias de ponta na empresa sem que antes as pessoas estejam

preparadas e os processos suportem a adoção das ferramentas.

Para isso, é fundamental ter uma equipe - formada por administradores, arquitetos, engenheiros, analistas e cientistas de dados, entre outros - que transformem informações brutas em dados prontos para consumo, na etapa conhecida como 'produção'.

Para alcançar o gerenciamento eficiente de grandes volumes, é possível utilizar tecnologias que facilitem o acesso, a busca e a análise dos dados, como armazenamento em nuvem e big data; integração entre sistemas e a automação de fluxos de trabalho para coletar e atualizar os metadados.

Também é necessário investir na implantação e no monitoramento de regras ou políticas para seguir as diretrizes éticas e regulatórias adequadas, além de processos automatizados de limpeza, validação, enriquecimento e, principalmente, verificação de qualidade de dados.

Recomendamos fazer uma análise da maturidade da empresa, em relação a cultu-

ra e uso de dados, para que os indicadores possam ser medidos e seguir em evolução conforme os objetivos da companhia.

Sabemos que a implementação da governança de dados enfrenta desafios significativos, principalmente no que diz respeito à percepção de valor por parte dos stakeholders. Ainda que seja fundamental para a eficiência operacional e estratégica, muitos não compreendem plenamente a sua importância.

Para superar essa barreira, é vital que os responsáveis pela governança estejam integrados às operações. A tecnologia pode ser uma aliada, mas é preciso levar em consideração fatores como a maturidade organizacional na descoberta de insights, a garantia da segurança dos dados e o equilíbrio entre acesso, controle e necessidade, como também a convergência com a Inteligência Artificial.

Lembro que as tecnologias de governança de dados oferecem funcionalidades que promovem transparência, como compartilhamento seguro de informações, pesquisas avançadas, catalogação automatizada das

fontes e visualização da linhagem dos dados. Isso não apenas garante o uso responsável, mas também ajuda as organizações a identificar e corrigir redundâncias, baixa qualidade e descentralização dos dados, promovendo uma gestão mais eficiente e confiável.

Por fim, é fundamental utilizar plataformas para mostrar o engajamento das equipes, a evolução do catálogo de dados descobertos, o volume de glossários de negócios enriquecidos aos ativos, como também sua usabilidade ao longo do ciclo de vida do projeto de implantação de um programa de governança de dados. Isso ajuda as empresas a transmitir o valor da atividade e, consequentemente, justificar os investimentos.

*TATIANE MARTINS FRANCO BASCUÑAN é especialista em Governança de Dados na NAVA Technology for Business



O clima e a gestão pública

Caiubi Kuhn (*)

A história recente do Brasil é marcada por diferentes tipos de desastres naturais, como o que ocorreu na Região Serrana do Rio de Janeiro em 2011, causando mais de 900 mortes. Em 2022, em Petrópolis, um evento similar causou mais 233 óbitos. No ano de 2023, em São Sebastião, as fortes chuvas e movimentos de massa causaram mais 64 perdas. Além das mortes, os desastres naturais também causam outros tipos de impacto. As fortes chuvas no mês de julho de 2023 deixaram mais de 22 mil desalojados, e o ciclone no Rio Grande do Sul e Santa Catarina causou inúmeros prejuízos e 54 mortes. O mês de maio de 2024 marca mais uma tragédia no sul do Brasil, já são mais de 75 mortos, centenas de desaparecidos e milhares de desabrigados.

Os extremos climáticos e o crescimento das cidades, muitas vezes sem o planejamento adequado e com ocupação de áreas suscetíveis ao risco, ampliam a tendência de ocorrência de desastres naturais. Além disso, os desastres tecnológicos, como o

rompimento de barragens, dutos de gás, entre outros, infelizmente têm feito parte da rotina do brasileiro. Neste texto, será apresentado o histórico da defesa civil e quais mudanças podem ser feitas para fortalecer essa instituição tão importante para a proteção da vida.

O termo Defesa Civil surge pela primeira vez no Brasil em 1942, relacionado ao cenário da Segunda Guerra Mundial, e pensado para auxiliar em eventuais situações de conflito militar que envolvessem o país. Em 1946, o órgão é extinto. Décadas depois, a ocorrência de tragédias como a de Caraguatatuba, em 1967, onde morreram 450 pessoas, leva o governo a criar, em 1969, por meio do Decreto-Lei nº 950, o Fundo Especial para Calamidades Públicas (FUNCAP). Além disso, o normativo previa a criação de um Plano Nacional de Defesa Permanente contra as Calamidades.

A Constituição de 1988 iniciou um novo momento em relação à defesa civil. No artigo 21, estabeleceu como competência da União planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações. No mesmo ano,

foi criado, por meio do Decreto nº 97.274, o Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC), com o objetivo de planejar e promover a defesa permanente contra calamidades públicas.

Nos anos 90, outros normativos avançaram na organização da defesa civil, na descrição de desastres e na criação de mecanismos de transferência de recursos para municípios afetados. Outro avanço importante foi a criação do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD) em 2005.

Após o mega desastre de 2011, citado no início deste texto, mudanças estruturais mais profundas ocorreram, como a criação do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN) e da Lei nº 12.608/2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, trazendo uma visão sistêmica e uma abordagem preventiva para a defesa civil. Outras ações, como o Mapeamento de áreas de risco, realizados pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM) nos anos seguintes, contribuíram para avançar na Política de Proteção e Defesa Civil.

No entanto, um dos grandes problemas existentes na política de Defesa Civil ainda não foi solucionado. Apesar da Lei nº 12.608/2012 dividir as atribuições entre os entes da federação, em alguns estados do Brasil, como Mato Grosso, não existem quadros técnicos adequados para realizar análises de mitigação e prevenção na defesa civil estadual. O mesmo problema é notado em grandes cidades como Cuiabá.

A falta de planejamento nas cidades e estados Brasil, reflete anualmente em diversos desastres e problemas urbanos, além de perdas econômicas e sociais para a população. Em casos mais graves, podem ocasionar dezenas ou centenas de mortes. Embora os eventos extremos não possam ser evitados, o tamanho do impacto causado por eles, dependerá da forma como ocorre a gestão do uso e ocupação do solo, da capacidade de resposta e de resiliência, dos órgãos públicos e da população.

A prevenção a desastres naturais precisa ser incorporada de forma sólida no planejamento e na gestão das cidades e dos estados. É preciso que existam análises sobre séries históricas e recorrência de eventos extremos, da mesma forma, estas informações precisam

ser consideradas no planejamento do uso e ocupação do solo. A prevenção e gestão de risco de desastres, passa pela existência de equipes técnicas nos órgãos municipais e estaduais, em especial na defesa civil.

Buscando melhorar a gestão de risco e prevenção a desastres naturais, a Federação Brasileira de Geólogos (FEBRAGEO), tem atuado na defesa da obrigatoriedade para que todos os estados, e os municípios com mais de 50 mil habitantes, tenham equipes técnicas preventivas considerando as tipologias de desastres existentes em seu território. É preciso garantir a implementação de ações de mitigação e prevenção por profissionais devidamente capacitados, para desenvolver ações técnicas, eficientes e assegurar a boa aplicação de recursos.

Fortalecer a prevenção é a melhor forma de reduzir o impacto de desastres na população. Avançar nas políticas de Defesa Civil é um demonstrativo de que o Brasil está empenhado em cumprir os compromissos com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), como, por exemplo, o ODS 12, que aborda a produção e o consumo sustentáveis, e o ODS 13, ação contra a mudança global do clima.

O Governo e o Congresso Federal precisam atuar de forma conjunta para ampliar a capacidade do poder público, municipal, estadual e federal, de reduzir o impacto de extremos climáticos. Mudanças na legislação, e desenvolvimento de políticas públicas adequadas, podem contribuir para salvar vidas e reduzir os impactos financeiros, sociais e ambientais causados por desastres naturais.

O Brasil precisa seguir os melhores exemplos internacionais, investindo na prevenção e na capacidade de resposta e de resiliência. Somente assim, o país estará preparado para enfrentar os desafios climáticos do presente e do futuro.

*CAIUBI KUHN é presidente da Federação Brasileira de Geólogos (FEBRAGEO) e professor da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)



Jornal
IMPRESSO MT

FUNDADO EM 2020
CNPJ: 06.147.693/0001-26

ADMINISTRAÇÃO:
DIRETOR GERAL:
GEANDRÉ FRANK LATORRACA

EDITOR CHEFE:
GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:
AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:
Email: impressomt@gmail.com - Site: www.oimpressomt.com.br

Rua Capitão Iporã, 101 - ANEXO A - Bairro: Pico do Amor - CEP: 78065090 - Cuiabá - MT
Telefone: 65 99696-6688

RECOMENDAÇÃO

O governador acha estranha a decisão porque a Corte de Contas possui "centenas de técnicos" e, mesmo assim, "cometem um erro de cálculo"

Mendes: TCE precisa rever cálculos

Da Redação

O governador Mauro Mendes criticou a decisão do conselheiro Valter Albano, do Tribunal de Contas do Estado (TCE), que suspendeu o parecer prévio pela reprovação das contas da Prefeitura de Cuiabá do exercício de 2022, por um erro de cálculo.

O governador acha estranha a decisão porque a Corte de Contas possui "centenas de técnicos" com "bons salários" e, mesmo assim, "cometem um erro de cálculo".

"Eu nunca vi uma decisão de plenário, seja de qualquer órgão, TJ ou outro, da justiça ou de controle, ela ser sustada por decisão monocrática. Cabe ao TCE explicar isso para a sociedade, o que aconteceu e porque aconteceu. E é estranho um TCE que tem centenas de técnicos, que têm salários muitos bons, excelentes profis-

sionais, cometerem um erro de cálculo, tem que trocar a calculadora da turma", disse.

O conselheiro Albano ainda determinou que a Câmara de Cuiabá seja notificada sobre a decisão, recomendando que seja paralisado o processo de votação das contas de Emanuel até que o Tribunal de Contas conclua a reanálise do processo.

As contas seguem em análise junto à área técnica de auditoria do TCE, que vai subsidiar o voto do conselheiro-relator e, em seguida, será submetida novamente ao plenário para decisão do colegiado.

ENTENDA O CASO - O TCE-MT apreciou as contas de governo da Prefeitura de Cuiabá, referentes ao exercício de 2022, em sessão extraordinária realizada no dia 7 de dezembro de 2023. Sob relatoria do conselheiro Antonio Jo-

aquim, por maioria dos votos (6 a 1), foi emitido parecer prévio contrário à aprovação do balanço.

Foi apontado um déficit de R\$ 191 milhões na execução orçamentária, aliado a uma indisponibilidade financeira global de R\$ 306 milhões e, por fontes, de R\$ 375 milhões. Para o relator, os apontamentos comprometeram sobremaneira o equilíbrio das contas públicas do exercício de 2022.

Após o julgamento, a Prefeitura de Cuiabá protocolou pedido de revisão do parecer prévio, negado pelo relator. A Prefeitura, então, protocolou recurso de agravo interno contra a negativa do pedido de revisão, negado por maioria do Plenário na sessão realizada dia 16 de abril deste ano.

Na sequência, a Prefeitura de Cuiabá protocolou recurso ordinário contra a decisão que



Mendes criticou a decisão do conselheiro Valter Albano, que suspendeu o parecer prévio pela reprovação das contas de Cuiabá

negou o agravo interno. Por sorteio, o recurso está sob relatoria do conselheiro Valter Albano, que o admitiu em

decisão publicada no Diário Oficial de Contas desta quarta-feira (8), suspendendo o parecer prévio contrário à apro-

vação das contas e determinando que a equipe técnica do TCE-MT analise os apontamentos feitos pela defesa.

MAIS 90 DIAS

Emanuel prorroga decreto de calamidade na Saúde



Pinheiro reiteradas vezes, vem solicitando ao Estado o aporte financeiro adequado para garantir o atendimento nas unidades de Saúde

Da Redação

O prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro, prorrogou na quinta-feira (10) o Decreto 10.171/2024, que estabelece estado de calamidade pública na Saúde Pública pelo período de mais 90 dias, podendo ser prorrogado em caso de necessidade justificada. A normativa, que altera o Decreto 1.045/2024, foi publicada na edição suplementar de hoje da Gazeta Municipal.

Reiteradas vezes, o gestor vem solicitando ao Estado o aporte financeiro adequado para garantir o atendimento aos municípios de Cuiabá. Diante da desassistência do governo nas outras 140 cidades de Mato Grosso, a capital

atende a mais de 60% dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), mas sem a devida contrapartida.

A medida considera ainda a redução de recursos provenientes do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, bem como a queda de transferência de receitas constitucionamente garantidas ao Município, que impactaram de forma significativa a arrecadação municipal.

"Por ser a capital do estado e referência em diversos atendimentos de média e alta complexidade, polo convergente de pacientes, Cuiabá continua atendendo a uma demanda crescente da região metropolitana e do interior. É direito de todo cidadão ter

acesso ao atendimento médico-hospitalar, especialmente de urgência e emergência, cuja falta ou insuficiência gera risco potencial à vida dos usuários", declarou o gestor.

DADOS - Relatório Situacional da Saúde de Cuiabá, entregue pelo secretário de Saúde, Deiver Teixeira, demonstra que o gabinete de intervenção do Estado (que comandou a pasta de março de 2023 a dezembro de 2023) elevou o passivo da Secretaria em R\$ 130 milhões. O passivo foi detectado mesmo diante do aumento de repasses do governo do Estado ao município durante o período de intervenção. Com isso, o déficit apurado em 2023 foi de R\$ 121 milhões.

DENÚNCIA DE RACHADINHA

Edna é intimada dentro de plenário

Da Redação

A vereadora Edna Sampaio (PT) foi intimada por um policial civil dentro do plenário da Câmara Municipal de Cuiabá na manhã de quinta-feira, 9 de maio. Segundo ela, a intimação é para prestar depoimento sobre uma denúncia feita contra um portal de notícias da capital, por suposta difamação.

Em conversa com jornalistas, Edna alegou que registrou um boletim de ocorrência após a publicação de uma série de matérias contra si. O site RDNews foi o responsável por denunciar o suposto esquema de rachadinha com a verba indenizatória da ex-chefe de gabinete Laura Abreu. Hoje, a vereadora enfrenta processo de cassação devido a essa denúncia.

"Aos poucos vocês vão ver algumas medidas que eu vou tomando para que as pessoas sejam responsabilizadas, porque uma democracia exige não apenas liber-



Edna alegou que registrou um boletim de ocorrência após a publicação de uma série de matérias contra si

dade de expressão, exige também responsabilidade de quem publica as matérias. Então, eu entrei com boletim de ocorrência contra o RDNews por uma volumosa campanha deliberada para me atacar, me destruir, me desqualificar. E aí, eu estou sendo intimada para dar depoimento sobre a ação, o boletim de ocorrência que eu fiz. Nada mais do que isso", disse a vereadora.

Edna também chegou a acionar o site na Justiça, mas o processo foi arquivado. Aos jornalistas, ela explicou que são duas situações diferentes e a intimação é referente ao boletim de ocorrência registrado contra o site.

A vereadora lembrou ainda que move processo contra o presidente da Câmara, Chico 2000 (PL), por suposta violência política de gênero.

"Vocês vão ver depois o desdobramento da ação contra o presidente da Casa, no Ministério Público Federal. Vai aparecendo essas coisas, porque o tempo da Justiça não é o tempo da política. Na política, eu tô aqui me virando e enfrentando como uma leoa", afirmou.

A petista voltou a afirmar que é vítima recorrente de violência política de gênero dentro da Câmara de Cuiabá, mas deixou claro que pretende enfrentar seus supostos algozes. Segundo Edna, a situação que vive é "inedita" e tem sido articulada tanto dentro quanto fora da Câmara, com a intenção de "assustar" sua carreira política.

"Se é uma leoa que eu tenho que ser, é uma leoa que vou ser. Agora, também posso ser uma gatinha, posso ser uma pessoa tranquila, uma pessoa afetuosa, uma pessoa bem diferente daquela que exige essa Câmara que eu seja com tanta violência contra a mulher", concluiu.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE
LIBERAÇÃO DA LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA - LAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE - CNPJ: 24.772.246/0001-40, torna público que requereu junto a SAMA/MT - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Lucas do Rio Verde-MT a liberação da Licença Ambiental Simplificada - LAS para a atividade de "Construção de estabelecimentos de ensino, como creches, centros de inclusão digital, asilos e similares", conforme Resolução CONSEMA nº 41/2021 - referente a Escola Municipal Professora Joice Martinele Munhak, localizada na Avenida América do Sul, nº2500S Quadra 76 lote 01A, Setor 42, Loteamento Parque dos Buritis no Município de Lucas do Rio Verde/MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE
Edital de Convocação - Audiência Pública
Em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 9º da Lei Complementar 101/2000, a Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso, convida toda comunidade para participar da Audiência Pública, para apresentação de demonstrativos do cumprimento das metas fiscais referente ao 1º quadrimestre do exercício 2024, da administração direta e indireta do Município de Lucas do Rio Verde. A Audiência Pública será realizada no dia 28 de maio de 2024, às 17:00hs, no Auditório da Câmara Municipal, sito a Av. Pará, nº. 359-E, Cidade Nova, conforme determinação Constitucional do art. 166, § 1º.
Lucas do Rio Verde - MT, 07 de maio de 2024.
Miguel Vaz Ribeiro
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE
A LIBERAÇÃO DA LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA - LAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE - CNPJ: 24.772.246/0001-40, torna público que requereu junto a SAMA/MT - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Lucas do Rio Verde-MT a liberação da Licença Ambiental Simplificada - LAS para a atividade de "Construção de estabelecimentos de ensino, como creches, centros de inclusão digital, asilos e similares" - referente ao Centro de Educação Infantil Paulo Freire, localizada na Av. Ângelo Antônio Dall'Alba, nº 1377S, Lote 01-C, Quadra 999, Setor 36, Loteamento Parque dos Buritis - Município de Lucas do Rio Verde/MT.
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE - CNPJ: 24.772.246/0001-40, torna público que requereu junto a SAMA/MT - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Lucas do Rio Verde-MT a liberação da Licença Ambiental Simplificada - LAS para a atividade de "Construção de estabelecimentos de ensino, como creches, centros de inclusão digital, asilos e similares" - referente à construção da nova Creche Vida Nova, localizada na Rua Da Coragem, Quadra 120 lote 02, Setor 42, Loteamento Jaime Seiti Fujii Vi, Bairro Vida Nova, no Município de Lucas do Rio Verde/MT.

INADIMPLÊNCIA EM ABRIL

Em números absolutos, das 180,5 mil famílias nesta situação atualmente, 43,8 mil se encontram inadimplentes, ou seja, com as contas em atraso

21,3% dos cuiabanos estão devendo

Da redação

No último mês de abril, Cuiabá registrou um leve aumento de 0,4% no número de famílias com contas em atraso em relação ao mês anterior, atingindo um total de 21,3% dos domicílios cuiabanos. No entanto, os dados também revelam um cenário inverso no que diz respeito ao percentual de famílias endividadas, que apresentou um recuo de 0,3 ponto percentual, passando de 87,8% em março para 87,5% em abril.

As informações foram extraídas da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), conduzida pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), e analisada pelo Instituto de Pesquisa e Análise da Fecomércio Mato Grosso (IPF-MT), divulgados na última quarta-feira, 8 de maio.

Dos lares com dívidas parceladas, 43,8% afirmaram estar pouco endividados, enquanto 33,7% se consideraram mais ou menos endividados, e 10,0% declararam estar muito endividados. Apesar desse recuo nos números gerais, o índice de endividamento ainda permanece maior em comparação com o mesmo período do ano anterior, o que pode estar correlacionado a um aquecimento econômico na capital mato-grossense.

Em termos absolutos, das 180,5 mil famílias endividadas atualmente, 43,8 mil estão inadimplentes, ou seja, com contas em atraso. No entanto, este número representa uma redução de 13,61% em comparação com o mesmo período do ano passado.

José Wenceslau de Souza Júnior, presidente da Fecomércio-MT, destaca a importância de se observar os movimentos detectados na pesquisa. "No curto prazo, um aumento na inadimplência e uma diminuição no endividamento podem ser pontos de atenção, mas não devem continuar a ocorrer. Entretanto, quando avaliados anualmente,

esses índices ainda se mostram positivos, sugerindo uma capacidade contínua dos cuiabanos de consumir a prazo e de pagar suas dívidas."

O TERROR DOS CUIABANOS - O cartão de crédito permanece como a principal fonte de dívida para as famílias, respondendo por 82,3% dos endividados, seguido por carnês (24,3%), financiamento de carro (6,1%), crédito consignado (4,4%), financiamento de casa (4,1%), cheque especial e outras dívidas (1,3% cada).

Wenceslau Júnior ressaltou que "esses dados revelam também que grande parte das famílias continua com níveis moderados de endividamento, e as compras a prazo estão fortemente ligadas ao uso do cartão de crédito".

A pesquisa também revelou que 29,5% das famílias endividadas têm um período de comprometimento de dívida entre 3 e 6 meses, enquanto 27,9% têm dívidas que excedem 1 ano. Além disso, 72,8% dos endividados têm entre 11% e 50% de sua renda comprometida, seguido por 15,1% com até 10% de comprometimento de renda.

Enquanto isso, o índice nacional de endividamento continua a crescer pelo segundo mês consecutivo, atingindo 78,5% das famílias. A CNC atribui esse aumento à diminuição das taxas de juros. Por outro lado, a inadimplência permaneceu estável em 28,6%, porém, houve um aumento entre aqueles que afirmaram não ter condições de pagar, refletindo o crescimento das famílias consideradas 'muito endividadas' na pesquisa.

"Em Cuiabá, o número de famílias endividadas é maior do que o índice nacional, o que pode estar relacionado ao cenário econômico favorável da capital, impulsionado pelo emprego formal, que registrou um saldo positivo no primeiro trimestre deste ano de 3.784, um aumento de 38,3% em relação ao mesmo período de 2023", concluiu Wenceslau.



O cartão de crédito segue como principal tipo de dívida das famílias, respondendo por 82,3% dos endividados

GRIFE AVIÁRIA

Brasil prorroga emergência zoossanitária

Agência Gov

Foi publicada na terça-feira, 7 de maio, a Portaria nº 680, que prorroga por mais 180 dias a vigência do estado de emergência zoossanitária, em todo território nacional, em função da detecção da infecção pelo vírus da influenza aviária H5N1 de alta patogenicidade (IAAP) em aves silvestres no Brasil.

"O Brasil é um dos quatro países do mundo que não tem gripe aviária no plantel comercial. O sistema de defesa agropecuária brasileiro é muito eficiente. Vamos manter o status de emergência para evitar uma possível crise que possa vir a acontecer", disse o ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro.

A prorrogação acontece de forma preventiva com objetivo de manter as condições do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) em adotar medidas de erradicação do foco de forma rápida e a mobilização de verbas da União e a articulação com outros mi-

nistérios, organizações governamentais - nas três instâncias: federal, estadual e municipal - e não governamentais.

A emergência zoossanitária foi decretada, pela primeira vez, em 22 de maio de 2023 e prorrogada, uma vez, em 7 de novembro do mesmo ano, como uma medida do Mapa para evitar que a doença, também conhecida como gripe

aviária, chegue na produção de aves de subsistência e comercial, bem como para preservar a fauna e a saúde humana.

Até este momento, não há registro de circulação do vírus na criação comercial, o que mantém o Brasil com status de país livre de influenza aviária perante a Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA), exportando seus pro-

duto para consumo de forma segura.

O primeiro caso de gripe aviária no Brasil foi registrado no dia 15 de maio de 2023, em aves silvestres. Perto de completar um ano da detecção, já foram identificados 164 focos, sendo apenas três em aves de subsistência nos estados do Espírito Santo, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul.

Marcos Vergueiro SECOM-MT



Até o momento, não há registro de circulação do vírus na criação comercial brasileira

PESOU NO BOLSO

Alimentos e remédios puxam inflação em abril



Gilberto Leite

Vitor Abdala - Agência Brasil

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a inflação oficial no país, registrou taxa de 0,38% em abril deste ano. O indicador ficou acima do observado no mês anterior (0,16%), mas abaixo do apurado em abril do ano passado (0,61%).

Segundo dados divulgados na sexta-feira (10) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o IPCA acumula taxa de inflação de 1,8% no ano. Em 12 meses, a taxa acumulada é de 3,69%, abaixo dos 3,93% acumulados até março e dentro do limite de meta definido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) para este ano: entre 1,5% e 4,5%.

Os principais responsáveis pela inflação de abril foram os alimentos e os gastos com saúde e cuidados pessoais. O grupo de despesas alimentação e bebidas registrou alta de preços de 0,7% no mês, puxada por itens como mamão (22,76%), cebola (15,63%), tomate (14,09%) e café moído (3,08%).

Saúde e cuidados pessoais, grupo que teve elevação de preços de 1,16%, os itens com maior destaque foram os produtos farmacêuticos (com alta de 2,84%), impactados pela autorização de reajuste de até 4,5% nos preços dos medicamentos a partir de 31 de março.

Entre os medicamentos com maiores altas de preço estão os anti-diabéticos (4,19%), os

anti-infecciosos e antibióticos (3,49%) e os hipotensores e hipocolesterolêmicos (3,34%).

Por outro lado, os artigos de residência e habitação tiveram deflação (queda de preços) no mês, de 0,26% e 0,01%, respectivamente.

Os demais grupos de despesas apresentaram as seguintes taxas de inflação: vestuário (0,55%), comunicação (0,48%), transportes (0,14%), despesas pessoais (0,10%) e educação (0,05%).

PUBLICAR
Suas Publicações Legais aqui na Publicar

Atas, Editais, Extravios, Balanços, Convocações, Regulamentos e Avisos de licitações

65-99228-9990

Os principais responsáveis pela inflação de abril foram os alimentos e os gastos com saúde e cuidados pessoais